

Apresentação

A maior riqueza do homem
é a sua incompletude.
Nesse ponto sou abastado.
Palavras que me aceitam
como sou – eu não aceito.
Não aguento ser apenas
um sujeito que abre
portas, que puxa válvulas,
Que olha o relógio, que
compra pão às 6 horas da tarde,
que vai lá fora,
que aponta lápis,
que vê a uva etc. etc.
Perdoai
Mas eu preciso ser Outros.
Eu penso renovar o homem
usando borboletas.
(Manoel de Barros)

É com inexcusável júbilo que lanço algumas palavras a propósito desta Edição 39 da Revista do Ministério Público Militar, que vem robustecida com expressiva colaboração de diversos autores, reunindo trinta e um artigos com os mais variados e densos assuntos.

E pode-se mesmo dizer que se trata de uma edição histórica, visto que, numa retrospectiva dos acontecimentos, cabe resgatar a 274ª Sessão Ordinária do Conselho Superior do

Ministério Público Militar (CSMPM), transcorrida na data de 14 de abril de 2021, na qual foi discutida e aprovada a Resolução nº 118/CSMPM, de mesma data, que dispôs sobre a nova política editorial da Revista, tudo com o objetivo primordial de elevar sua qualidade diante da comunidade científica e das instituições responsáveis pela indexação e classificação de periódicos científicos.

A partir dessa norma ficou estabelecido um rol de regramentos a serem seguidos, com foco na cientificidade das publicações e primando-se pela credibilidade da instituição responsável; pela pontualidade nas publicações das edições; pelo ineditismo dos textos; pela relevância para a sociedade; pela qualidade dos pareceres dos revisores; pela diversidade de origens das pesquisas, abrangendo autorias nacionais e internacionais; e pela conquista de importantes indexações, que comprovam a boa qualidade do periódico e ampliam o leque de parceiros difusores da informação.

Para cumprir essa desafiadora missão, foi composto um Conselho Editorial de extremo valor, não se podendo, nem por um instante, deixar de enaltecer a dedicação dos conselheiros Antonio Carlos Gomes Facuri (coordenador), Fernando Hugo Miranda Teles, Karollyne Dias Gondim Neo e Luciano Moreira Gorrilhas, que, nestes dois anos de atuação, acreditaram na

evolução da Revista do MPM e trabalharam com afincos para ampliar seu conceito e confiabilidade nas hostes acadêmicas e outros espaços de pesquisas e investigações científicas. O resultado foi o reconhecimento materializado na elevação do estrato Qualis/CAPES para B4. Parabenizo-os por tão alvissareira conquista, repartindo com os nobres pares do Conselho Superior do Ministério Público Militar esse grande êxito, sobretudo por terem respaldado as iniciativas que culminaram com a adoção de um modelo vanguardista de política editorial.

Entretanto e na plena convicção de que o grau de excelência nas medidas e inovações deve sempre ser um parâmetro a ser buscado, muito em particular na seara da produção e compartilhamento de conhecimento, observa-se que ainda há um longo caminho a ser percorrido no afã de se manter o que foi auferido, mas intentando sempre atingir níveis ainda mais promissores em termos de qualidade neste rico segmento editorial. Assim, a recente conquista deve servir, a um só tempo, de incentivo e de norte, a fim de que a linha de desenvolvimento da Revista do MPM prospere rumo a patamares ainda mais auspiciosos.

Feitas essas oportunas observações, não se pode também deixar de registrar os agradecimentos e tecer as justas

homenagens a todos os articulistas que, com zelo e originalidade, contribuíram para manter vivo o ideário de, por intermédio desta destacada ferramenta de difusão do saber, assentar novas visões e perspectivas sobre a ciência jurídica e, em especial, acerca do ordenamento jurídico militar e das disciplinas correlatas, sempre com o firme desiderato de construir uma sociedade cada vez mais lúcida e mais consciente de seus direitos e deveres.

Uma boa leitura!

Antônio Pereira Duarte
Procurador-Geral de Justiça Militar